

Em que propostas você votou? Para o povo que se interessou cada vez mais pelas emendas populares à Constituição, o entendimento foi o de que estávamos em eleições. Pois não era preciso apresentar o Título de Eleitor? Só que estas eleições foram bem mais livres que as habituais. Ninguém obrigou ninguém a votar, e a escolha das três propostas a assinar se fez examinando-se o que pretendia cada uma, calmamente e sem a pressão do poder econômico. Dava até para voltar outro dia, depois de se ter conseguido um pouco mais de informação.

Foi uma verdadeira bola de neve, que só não atingiu dimensões maiores porque as TVs e jornais têm seus holofotes, parece que por defeito de fabricação, voltados quase sempre para o negativo ou para o topo das pirâmides sociais. Só recentemente os grandes meios de comunicação de massa começaram a dedicar mais espaço a esse processo popular positivo, tornando mais conhecido este novíssimo instrumento de participação política do povo — do qual consta que emana todo poder. Mas ainda mais surpreendente, nessa movimentação social, foi o fato dela ter emergido, sem apoio nem de governos nem dos meios de comunicação, no mar de dificuldades e desencanto que é o nosso Brasil de hoje. Dando razão ao dito popular segundo o qual a esperança é a última que morre.

Na verdade estamos diante de uma nova forma de ação política que conquistou espaço por obra de sua própria força, e que carrega consigo grandes potencialidades para a educação política popular e para o aperfeiçoamento democrático.

De fato, ao lermos, discutirmos e assinarmos uma proposta de emenda ficamos sabendo o que pode ser mudado nas leis, para que se possa resolver o problema considerado nessa proposta, como também aprendemos para que serve uma lei, como é feita e como passa a vigir. Com isso descobrimos que as leis podem ser modificadas, e vemos mais claramente que está em nossas mãos obter mudanças, no que dependa de leis, em nossas condições de vida. Adquirimos assim uma visão mais dinâmica e mais co-responsável do processo político e percebemos melhor a função dos legisladores — senadores, deputados e vereadores — que elegemos,

bem como a importância de acompanhar mais de perto seu trabalho. Ligamo-nos então com aqueles que cumprem melhor seus mandamentos, deixando de considerá-los como meros despachantes para o atendimento de nossos pedidos e queixas. Em suma — desmentindo os parlamentares que foram contrários à inclusão da "Iniciativa Popular" no Regimento Interno da Constituinte, por temor de que essa pitada de democracia direta enfraquecesse o princípio da representatividade — reforçamos a democracia representativa, porque passamos a exigir que funcione como deve.

A coleta de assinaturas para as emendas populares também beneficiou a organização da população, tão necessária diante da característica de destruturação do tecido social dos países do Terceiro Mundo, como ocorre no Brasil. Se essa coleta já dependia de organização, mais ainda a elaboração das propostas. Muitas exigiram um grande esforço de negociação, para que posições divergentes encontrassem seus pontos comuns. Inovou-se com isso também nas práticas políticas: na busca de consensos que unifiquem, é necessário superar a luta competitiva que visa impor posições. O acompanhamento da Constituinte e a necessidade de pressioná-la certamente levará à experimentação dessas novas práticas à níveis ainda mais amplos.

Esse processo seguramente repercutirá, igualmente, nos partidos, instrumentos básicos de ação política. Em torno das emendas populares criou-se de fato uma via complementar de militância, que abriu um leque muito maior, atraindo os que se sentiam bloqueados pelo caráter eleitoral ou pela luta de facções que caracterizam, em maior ou menor grau, a dinâmica interna de nossos partidos. Quem "militou" por propostas populares se sentiu lutando por conteúdos de transformação social, e não pela ascensão, tantas vezes decepcionante, de pessoas ou grupos ao poder. Uma consequência possível será a revalorização dos programas partidários e a superação de divisões desnecessárias.

Nem tudo no entanto são rosas. Há os que lembram que se trata de um instrumento perigoso, especialmente num país onde os chamados apelos "globais" parecem poder induzir a tudo. E até a UDR pode colher milhões

de assinaturas — a partir dos meios de "persuasão" de que dispõe — para uma emenda "popular" contra a reforma agrária. Como também o povo poderia ser levado a apoiar maciçamente, por meio de "iniciativas populares", aberrações bárbaras como a pena de morte. Esses riscos existem, evidentemente. Mas os instrumentos de luta democrática, na medida em que não podem ser reservados somente para uma parcela da sociedade, não são sempre facas de dois gumes? Aceitar a democracia como sistema político implica em aceitar também o desafio de luta permanente e de eficácia que ela coloca para todos. Ora, é exatamente nessa perspectiva que ganha especial relevo esse novo instrumento de ação política.

De fato, dentro das tensões que estão pondo à prova nossa fragilíssima democracia, ninguém hoje no Brasil está interessado num fechamento. Nem o governo, nem os que se beneficiaram com o último período autoritário, nem os que gostariam de tomar logo o poder para realizar as mudanças que o país necessita.

Quanto ao governo, é óbvio que não pode desejar sua própria destituição — muito embora ande insistindo, consciente ou inconscientemente, em tentar conter a inflação com métodos que parecem querer submeter a um teste definitivo a capacidade de resistência do tecido social brasileiro. Quanto aos que veriam seus privilégios reassgurados com uma nova imposição da ordem pela força, um mínimo de bom senso já lhes permitirá desejar que não aumentem os desequilíbrios sociais e econômicos de nosso país, que sempre se exacerbam com a impunidade, a corrupção e a irresponsabilidade que vicejam nas ditaduras. Eles sabem que isto aprofundará ainda mais rapidamente as frustrações sociais, empurrando-nos para o beco sem saída da busca de soluções pela violência. Com o que ou a insegurança generalizada tornará a vida impossível para todos, ou nos veremos frente ao espectro da guerra civil, que atualmente ronda o Terceiro Mundo inteiro. Quanto aos que lutam por mudanças, os riscos são também evidentes. Todo fechamento destrói lideranças, divide e amedronta o povo. E se se lançassem, por romantismo, irrealismo ou ingenuidade, na aventura de um enfrentamento frontal

que mede forças, seria muito mais provável que conhecessem uma derrota.

A todos interessa portanto defender a democracia, para que se assegure espaço a algum tipo de reformismo com o qual todos sobrevivam. Não é por outra razão que o pacto transformou-se no conceito mais discutido atualmente no Brasil.

Ora, na multiplicação de conflitos que as profundas contradições de interesses de nossa sociedade nos obrigam a viver, a salvaguarda da democracia exigirá um processo contínuo de formulação de sempre novos acordos. Cada acordo se expressará necessariamente em leis que regerão as condutas de todos os que dele participem. Se quisermos que essas mudanças progressivas atinjam profundamente nossas estruturas econômicas e sociais, lançando alicerces seguros para uma sociedade realmente democrática, nada melhor do que dar também ao povo, através de meios mais diretos, a possibilidade de propor sempre novas leis e aperfeiçoamentos à Constituição e de se co-responsabilizar pela sua real vigência. E para isto pode ser extremamente útil a "Iniciativa Popular".

Abre-se assim uma nova perspectiva, se este instrumento for incorporado de forma permanente à Constituição, como quer a emenda do Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte, com o apoio de entidades de peso como a CNBB, a ABI, a Andes, a Comissão Brasileira de Justiça e Paz, a Federação Nacional dos Engenheiros. É fácil visualizar como poderão ser profundos seus efeitos se a "Iniciativa Popular" puder ser utilizada com mais tempo e menos limitações do que as que se antepuseram agora, durante o processo constituinte.

Parece portanto estar à vista, finalmente, em nossa vida política, algo de novo, portador de mais esperança. Resta saber se resistiremos aos atuais vendavais, e se contaremos com a sensibilidade de uma maioria suficiente de deputados e senadores, como a que já foi capaz de conquistar para a sociedade brasileira a "iniciativa popular constituinte".